



Trabalhos Científicos

Título: “Tosse Alérgica” E O Uso Inadequado De Antihistamínicos: Uma Prática Sem Base Científica Na Pediatria

Autores: DANIELA CRISTINA FERREIRA ALMEIDA (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO), GIOVANA RAMOS DE AMORIM (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO), INGRID FERNANDES LOIOLA (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO), EMILLY VIEIRA BARBOSA DOS SANTOS NUNES (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO), LUIZA SILVA DOS SANTOS (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO), CELSO TAQUES SALDANHA TAQUES SALDANHA (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO), ANA PAULA ALVES DA SILVA (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEURO)

Resumo: O uso indiscriminado de medicamentos em crianças é uma realidade preocupante, com potencial para causar efeitos adversos evitáveis. Na prática pediátrica, condutas sem respaldo científico são comuns, especialmente no manejo de sintomas inespecíficos como a tosse. Um exemplo recorrente é o diagnóstico de “tosse alérgica” — termo amplamente utilizado, mas ausente da literatura médica e da Classificação Internacional de Doenças (CID). Esse rótulo, sem embasamento técnico, costuma justificar a prescrição de anti-histamínicos de segunda geração, como loratadina e desloratadina, apesar da falta de evidência de eficácia nesses quadros. Tal prática representa um desvio ético e clínico, que pode atrasar o diagnóstico correto e comprometer a saúde infantil. “Analisar criticamente a prática comum, porém infundada cientificamente, da prescrição de anti-histamínicos no tratamento de sintomas respiratórios em crianças, com ênfase no uso do diagnóstico não reconhecido de ‘tosse alérgica’. O estudo discute os impactos clínicos, éticos e terapêuticos dessa conduta, ressaltando a importância da medicina baseada em evidências na prática pediátrica. Criança de 5 anos, sem comorbidades, apresenta tosse recorrente, por vezes associada a dispnéia e limitação para brincar. A mãe relata o uso frequente de salbutamol e anti-histamínicos (loratadina/desloratadina) prescritos para “tosse alérgica”, sem melhora clínica. Na consulta atual, foi orientada sobre a real possibilidade de asma, causando surpresa ao saber que os antialérgicos utilizados não são indicados para tal condição.” Realizou-se uma revisão narrativa da literatura dos últimos 19 anos, com buscas nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Google Scholar, utilizando descritores como “asma”, “tosse crônica”, “diagnóstico equivocado”, “iatrogenia” e “anti-histamínicos”, em português e inglês. Também foram consultadas diretrizes atualizadas da SBP e de entidades médicas nacionais. “Tosse alérgica” não é reconhecida nos principais consensos de doenças respiratórias, nem na CID, sendo usada como justificativa para prescrições infundadas de anti-histamínicos. Em contraste, a asma possui critérios diagnósticos e tratamento bem definidos, baseados em corticosteroides inalatórios e broncodilatadores. Diagnósticos fictícios comprometem o cuidado ético e clínico, gerando atrasos terapêuticos, custos desnecessários e frustrações familiares. O Código de Ética Médica reforça que o médico deve agir com base nas melhores evidências, priorizando o bem-estar do paciente. “O uso do termo “tosse alérgica” deve ser abolido da prática pediátrica por não se tratar de entidade clínica reconhecida. É dever ético do pediatra basear suas condutas em evidências, promovendo diagnósticos precisos e tratamento adequado. A prescrição sem indicação compromete a saúde infantil e a confiança da família. Valorizar a medicina baseada em evidências é fundamental para uma prática segura, ética e eficaz.